

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80

NIRE nº 35300016831

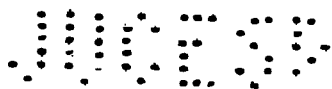
EXTRATO DA ATA DA SEISCENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro de 2005, às 17:30 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, na forma do disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 - 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Mauro Guilherme Jardim Arce, colocou em apreciação o seguinte assunto: "Ratificar e fixar as condições aplicáveis à 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (a "7ª Emissão") e as "Debêntures", respectivamente), no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia arquivado na Comissão de Valores Mobiliários", e solicitou ao Diretor Presidente, Dalmo do Valle Nogueira Filho, e ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Brito Álvares Affonso, a apresentação da matéria, o que foi feito com base na Deliberação de Diretoria nº 032, de 16/02/2005, e na Proposta ao Conselho de Administração nº 07/2005, de 16/02/2005. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou aprovada por unanimidade a ratificação e a fixação das seguintes condições aplicáveis à 7ª Emissão:

- (a) **Valor Total da Emissão:** o valor total da emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- (b) **Número de Séries:** A emissão será realizada em duas séries;
- (c) **Data de Emissão:** A data de emissão das Debêntures será 1º de março de 2005 (a "Data de Emissão");
- (d) **Quantidade de Títulos:** serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) Debêntures da 1ª Série e 100.000 (cem mil) Debêntures da 2ª Série;

JUL 09

- (e) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário");
- (f) **Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;
- (g) **Forma:** as Debêntures serão nominativas e escriturais;
- (h) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirográfica;
- (i) **Prazo e Vencimento:** As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º (primeiro) de março de 2009. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º (primeiro) de março de 2010;
- (j) **Remuneração:** a partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser fixado em procedimento de *bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme vier a ser definido na escritura de emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis; e a partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série da presente Emissão farão jus à remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do número-índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa ao ano, a ser fixada em procedimento de *bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme vier a ser definido na escritura de emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis;
- (k) **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios:**
- (1) os valores relativos à remuneração da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º (primeiro) dos meses de março e setembro de cada ano; e
- (2) os valores relativos à remuneração da 2ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, que deverá ocorrer na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série, ou seja, 1º (primeiro) de março de 2010; e Juros Remuneratórios, anualmente, sempre no dia 1º (primeiro) do mês de março de cada ano;



- (l) ~~Amortização: Não haverá amortização~~ do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente nas respectivas datas de vencimento das Debêntures;
- (m) **Juros Moratórios e Multa:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança;
- (n) **Vencimento Antecipado:** Serão consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, podendo na sua ocorrência ser exigido o Valor Nominal Unitário de cada Debênture acrescido da remuneração e encargos, as seguintes:
- (1) pedido de concordata preventiva, de recuperação judicial, ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Companhia;
 - (2) liquidação ou decretação de falência da Companhia;
 - (3) extinção ou dissolução da Companhia;
 - (4) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias que vierem a ser previstas na escritura de emissão;
 - (5) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Companhia;
 - (6) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Companhia para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Companhia;
 - (7) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente

RESOLUÇÃO

convocada para esse fim, exceto na hipótese da Companhia demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- i. o patrimônio líquido da Companhia não será inferior ao patrimônio líquido da Companhia antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento);
 - ii. será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização;
 - iii. a Companhia não violará os índices financeiros que vierem a ser estabelecidos na escritura de emissão e no item 13 abaixo; e
 - iv. a receita operacional líquida da Companhia não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Companhia pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); sendo que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) deste item são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não deverão vincular a livre deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (8) protestos legítimos e reiterados de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Companhia, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 horas de sua ocorrência;
 - (9) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação não pecuniária que decorrer da escritura de emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
 - (10) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da 7ª Emissão;
 - (11) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional

liquidez da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). Esse limite será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Companhia;

- (12) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias que vierem a ser previstas na escritura de emissão;
- (13) não observância ou manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 31 de março de 2005, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Companhia:
 - i. *Liquidez Corrente Ajustada* superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Companhia;
 - ii. *EBITDA / Despesas Financeiras* igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Companhia das obrigações deste item somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses;
- (o) **Registro para Colocação e Negociação:** as Debêntures serão colocadas no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), e registradas para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela "ANDIMA", e operacionalizado pela CETIP e no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLIC");

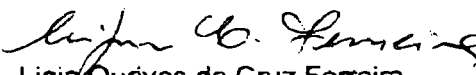
JUCESP

- (p) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, serão pagos por meio do Banco Mandatário da 7ª Emissão;
- (q) **Delegação de Poderes aos Diretores:** ficam ratificados os poderes da Diretoria para contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, os serviços de agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, agências de classificação de risco, entre outros, bem como para celebrar a escritura de emissão, e seus aditivos, e o Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 7ª Emissão da Companhia, assinar todos os documentos e, ainda, praticar todos os atos necessários para esse fim.

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Fernando Carvalho Braga, Alexander Bialer, Daniel Sonder, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva e Maria Helena Guimarães de Castro.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2005.


Mauro Guilherme Jardim Arce
Presidente do
Conselho de Administração


Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária do
Conselho de Administração

